



Comissões iniciam votação do novo ICMS para importados

Proposta de Jucá para acabar com a guerra fiscal entre os estados é aprovada na CCJ, mas na CAE, depois de lido o substitutivo de Eduardo Braga, pedido de vista coletiva adia votação para terça-feira. O relator propôs alíquota de 4% e no projeto original tributo era reduzido a zero



Na CCJ (à esq.), Eunício Oliveira (C) conversa com Aloysio Nunes, entre governadores Casagrande (E) e Colombo (D), em debate sobre novo ICMS para importados. Votação na CAE (acima) foi adiada

O Senado deu início ontem à análise do projeto que visa combater a guerra fiscal uniformizando as alíquotas do ICMS incidente sobre operações interestaduais com

importados. A iniciativa, de Romero Jucá, foi analisada por duas comissões: a de Constituição e Justiça, onde foi aprovada, e a de Assuntos Econômicos, que adiou a votação para a pró-

xima terça-feira e vai analisar substitutivo de Eduardo Braga. Os debates foram acompanhados pelos governadores do Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina, opositores da proposta. **4 e 5**

CPI do Cachoeira aguarda acordo sobre limites da investigação 7

CCJ aprova mais segurança para juiz que for ameaçado **6**

Bancadas cristãs querem processar Marco Aurélio **2**

Gerardo Magela/Agência Senado



A Comissão de Ciência e Tecnologia e a de Serviços de Infraestrutura discutem formas para atualizar o setor de informática no Brasil

Indústria nacional de softwares pede menos impostos

Em audiência no Senado, fabricantes de programas de informática apontam carga tributária como obstáculo ao desenvolvimento do setor no Brasil. **4**

Pacto federativo começa a ser debatido 5

Aposentadoria especial para garis segue para o Plenário

Projeto aprovado ontem pela CAS concede a varredores de rua e separadores de recicláveis direito a aposentadoria especial depois de 25 anos de trabalho. **8**



Jayme Campos preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais que aprovou ontem proposta reconhecendo insalubridade do trabalho com lixo

Aprovados nomes para cinco embaixadas **8**

Novas varas do Trabalho para Minas Gerais e Paraná **8**

José Cruz/Agência Senado

Parlamentares evangélicos e católicos pediram ao Senado que abra processo contra ministro do STF por crime de responsabilidade, alegando que ele anunciou previamente opinião sobre o caso dos anencéfalos

Bancada religiosa quer processar Marco Aurélio

PARLAMENTARES DAS BANCADAS evangélica e católica do Congresso Nacional pediram a abertura de processo contra o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, por crime de responsabilidade.

O pedido foi feito ao presidente do Senado, José Sarney. As bancadas afirmam que o ministro emitiu juízo de valor em entrevistas à imprensa em 2008 sobre o aborto de fetos anencéfalos. Assim, na visão dos parlamentares, antecipou seu voto no julgamento retomado ontem pelo Supremo.

Marco Aurélio é o relator do processo que definirá se grávidas de fetos anencéfalos podem abortar sem que a prática configure um crime.

Seu voto foi favorável.

Os parlamentares pedem que o Senado instale uma comissão para julgar o ministro.

Segundo eles, ao emitir opinião sobre o julgamento, Marco Aurélio contrariou a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que proíbe aos juízes “manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem”.

— O relator do processo se declarou antes da hora. Isso é quebra de decoro — disse o deputado federal Eros Biondini (PTB-MG), um dos coordenadores da bancada católica no Congresso.

Em nome da bancada evangélica, o deputado Pastor

Marco Feliciano (PSC-SP) disse temer que, caso a decisão seja favorável ao aborto de anencéfalos, abra-se caminho para a legalização do aborto de uma maneira geral.

— O que está sendo colocado aqui é a abertura para que seja apoiado o assassinato em massa de crianças em nosso país. Queremos o *impeachment* do ministro Marco Aurélio — disse.

Segundo a Constituição, é competência privativa do Senado processar e julgar os ministros do Supremo. Cabe ao presidente da Casa acatar ou rejeitar a denúncia. Acatando, uma comissão constituída por um quarto dos senadores fica responsável pelo processo.



O presidente do Senado, José Sarney, recebe representantes da Comissão de Bioética da Arquidiocese de Brasília

Governança corporativa dá transparência ao Senado

A governança corporativa é um projeto audacioso e sem volta no Senado, segundo afirmou ontem a diretora-geral da instituição, Doris Peixoto, em reunião da Comunidade TIControl. Esse conceito começou a ser desenvolvido nos anos 1990 para assegurar transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa.

Doris disse que o modelo adotado, sob o enfoque da gestão estratégica e com o mapeamento e a reformulação dos processos, é simples e com grande aderência na consciência coletiva da instituição.

— Essa parceria, que

abrange também o controle interno, tem produzido bons resultados e nos traz a certeza da legalidade — afirmou Doris.

O modelo, na avaliação da diretora-geral, trouxe ao Senado a gestão colegiada. As decisões, disse ela, antes eram tomadas de forma individual, sem consulta às áreas diretamente interessadas. Outra novidade citada por Doris foi a introdução da análise do desempenho organizacional.

Todo esse conjunto de medidas, de acordo com Doris, tem o objetivo de vencer dois desafios: aprimorar significativamente a agilidade, a qualidade e os custos dos serviços

prestados pela administração e profissionalizar a gestão no Senado. Para chegar lá, a estratégia citada pela diretora-geral é a implementação das melhores práticas de gestão.

Doris falou em reunião que comemorou o sexto aniversário da Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle, a TIControl, que reúne representantes dos três Poderes com a finalidade de contribuir para o incremento da eficiência, da eficácia e da efetividade na gestão pública por meio do compartilhamento de conhecimentos, informações e soluções de tecnologia da informação.



Entre diretores do Senado e de outras instituições, Doris Peixoto defende métodos para eficiência na gestão pública

Lídice diz que OAB da Bahia, aos 80, é “frente de defesa dos direitos”

Lídice da Mata (PSB-BA) homenageou secção baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que ontem completou 80 anos. Segundo ela, a OAB é uma instituição de grande relevância, com história diretamente ligada às lutas democráticas do país.

— Pouco mais de um ano depois da fundação da OAB

no Brasil, cinco renomados advogados da Bahia decidiram fundar a secção baiana.

Segundo Lídice, a OAB da Bahia é uma frente de defesa dos direitos dos baianos e dos brasileiros. Ela disse que o órgão continua buscando a afirmação da cidadania, a liberdade de expressão e a consolidação da democracia.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após às 19h10 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Adesão a regime de precatórios

14h Na pauta da sessão deliberativa, proposta que amplia o prazo de adesão ao regime especial de precatórios até 31 de dezembro de 2012.

Presidência Lideranças do Maranhão

10h30 Instala comissão de especialistas sobre o pacto federativo. Às 12h, recebe lideranças do Maranhão. Às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Ministro Pepe Vargas e Terra Legal

8h30 O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, apresenta suas estratégias à frente da pasta. Na reunião, também será avaliado o programa de regularização fundiária Terra Legal.

CMA Proteção ao depoente especial

8h30 Promove audiência pública sobre o Programa de Proteção ao Depoente Especial, com o procurador federal Gustavo Pessanha Velloso.

CDH Ponto eletrônico

9h Audiência pública sobre o registro eletrônico de ponto com Luís Antônio Melo (procurador-geral do Trabalho) e Renato Henry Sant’Anna (Anamatra).

CPI da Mulher Audiência com duas ministras

9h Ministras Maria do Rosário (Direitos Humanos) e Luiza Bairros (Igualdade Racial) debatem políticas públicas de direitos humanos.

CI Amadores no tráfego aquaviário

9h Projeto que regulamenta a habilitação de amadores na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário é um dos itens da pauta na comissão.

CRE/CE Validação de diploma de outro país

10h As comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Educação, Cultura e Esporte realizam audiência pública para instruir projeto (PLS 399/11) que trata da revalidação de diplomas concedidos a estudantes brasileiros por instituições estrangeiras de educação superior de reconhecida excelência acadêmica.

Conselho de Ética Escolha de relator

10h O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se reúne para escolha de relator.

Pacto federativo Instalação de comissão de notáveis

10h30 Instalação da comissão de especialistas criada com a finalidade de analisar questões federativas e definição do cronograma de trabalho.

CRE Modelo de acordo de paz em Israel

14h Audiência pública das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara homenageia iniciativa de Genebra considerada modelo para um acordo de paz entre israelenses e palestinos para a criação do Estado Palestino.

Copa 2014 Núcleo de Estudos promove seminário

15h O Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado promove o seminário Lei Geral da Copa 2014, proferido pelo consultor legislativo Alexandre Sidnei Guimarães.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião conjunta das comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Ana Amélia critica imposições sobre Lei Geral da Copa

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem, em pronunciamento, que estará de “mãos atadas” para eventuais aperfeiçoamentos no projeto da Lei Geral da Copa, tendo em vista os compromissos já assumidos junto à Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) pelo governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Relatora da proposta na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a senadora afirmou que pretende aproveitar todas as oportunidades de negociação para garantir acesso aos jogos a trabalhadores, aposentados e indígenas.

Para Ana Amélia, o Senado deve “deixar a paixão nacional de lado, não pensar com o coração, que pulsa na ponta da chuteira, e analisar os fatos” sobre a matéria. Ela ressaltou que a Copa é um evento gerenciado por uma grande instituição de direito privado internacional, a Fifa, que detém os direitos do evento, como qualquer grande empresa.

No que se refere às alegações de que a Fifa estaria impondo suas regras ao Brasil, a senadora lembrou que, ao garantir o torneio, em maio de 2010, o então presidente Lula assinou um contrato com a Fifa.

— É este compromisso que estamos discutindo no Congresso — disse, criticando a dificuldade de o Legislativo negociar aperfeiçoamentos.

Ana Amélia citou, por exemplo, a venda de bebida alcoólica nos estádios durante a Copa, defendida pela Fifa, como um “claro retrocesso” no país.



Senadora diz estar de mãos atadas para propor melhorias

Dos 1.242 entrevistados pelo DataSenado em março, 80% se dizem contra a venda de bebidas alcoólicas, que é desejada pela Fifa

Pesquisa indica rejeição à venda de cerveja nos estádios da Copa 2014

A LEGISLAÇÃO QUE proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estádios brasileiros deve ser mantida na Copa do Mundo de 2014. É o que pensam 80% dos cidadãos entrevistados pelo DataSenado a respeito do projeto de Lei Geral da Copa (PLC 12/12). A liberação, como deseja a Fifa, foi apoiada por 19%, e 1% não soube responder.

A pesquisa do DataSenado foi feita entre os dias 19 e 28 de março. O instituto conversou com 1.242 pessoas com mais de 16 anos, em 119 municípios de todo o Brasil. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

A média de apoio ao ingresso com desconto para idosos é de 92%, mas fica com apenas 86% — o percentual mais baixo — entre os entrevistados com mais de 60 anos. No geral, 83% defenderam o mesmo benefício para os estudantes. Além disso, 59% das pessoas ouvidas se disseram favoráveis ao ingresso mais barato para indígenas, e 60% apoiaram o benefício para pessoas atendidas pelo Bolsa Família.

Em relação aos dias de jogos da Seleção Brasileira, 41% disseram apoiar feriados nacionais, e 21%, feriados apenas locais. Para 36% dos entrevistados, não há por que decretar feriado. À medida que



Na Copa da África do Sul, em 2010, o consumo de álcool foi permitido, como a Fifa quer

sobem idade, escolaridade ou renda, cai o apoio aos feriados.

As pesquisas do DataSenado são feitas por telefone, com amostragem. A população considerada é de pessoas com 16 anos ou mais, residentes no Brasil e com acesso a telefone fixo, que pode ser residencial ou comercial.

O PLC 12/12, conhecido como projeto de Lei Geral da Copa, disciplina os direitos comerciais da Fifa na realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014 e estabelece privilégios temporários para a entidade e seus associados durante os eventos esportivos — caso da liberação de bebidas alcoólicas nos estádios. A matéria

Subcomissão quer transparência na Copa e nas Olimpíadas

A Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 aprovou o plano de trabalho para este ano.

Um dos objetivos do colegiado é estimular a participação da sociedade e ampliar a transparência das ações públicas nos preparativos e na realização dos eventos.

A subcomissão é presidida por Lídice da Mata (PSB-BA) e tem como vice-presidente Zeze Perrella (PDT-MG).

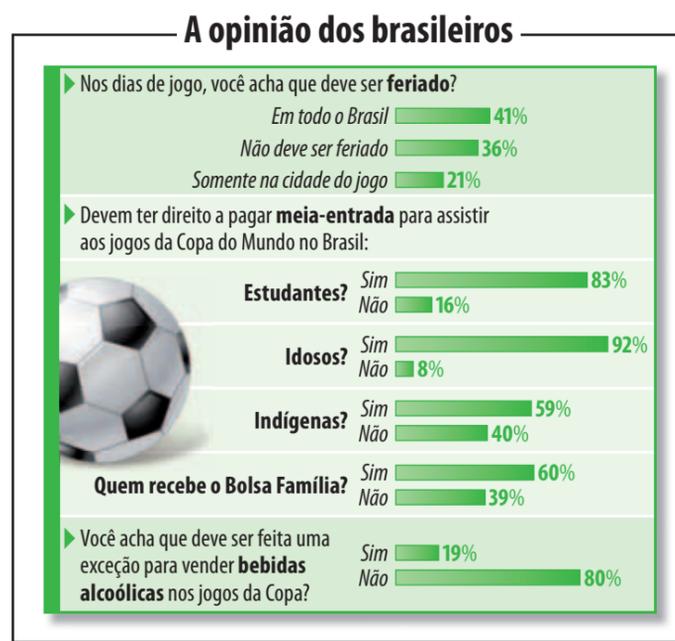
O colegiado faz parte da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O plano de trabalho traz como objetivo “pensar e propor soluções para a gestão

pública do turismo, não apenas nos investimentos em infraestrutura, como reforma dos estádios e aeroportos, mas também outras ações, como mobilidade urbana e qualificação profissional, que garantam legados significativos para a sociedade brasileira”.



Zeze Perrella, vice-presidente, e Lídice da Mata, presidente da subcomissão



Fonte: DataSenado

tramita em três comissões do Senado: as de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e

de Educação, Cultura e Esporte (CE). A Fifa tem feito pressão para que seja aprovada rapidamente.

Davim afirma que educação ambiental tem crescido no Brasil

Paulo Davim (PV-RN) enumerou os principais pontos discutidos no 7º Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, na Bahia.

Segundo ele, o aumento da preocupação coletiva com a educação ambiental é fruto dos

movimentos ambientalistas surgidos na década de 1970, que gradativamente conquistaram espaço. Davim advertiu que, apesar da conscientização ter melhorado, o processo de degradação continua — os

níveis de poluição, de esgotamento de recursos naturais e da destruição da biodiversidade são alarmantes. Ele recorreu a um pensamento do geógrafo Aziz Ab'Saber para explicar o valor da educação ambiental:

— Um processo de educação que garante um compromisso com o futuro. Envolvendo uma nova filosofia de vida e um novo ideário comportamental, tanto em âmbito individual quanto na escala coletiva.





Walter Pinheiro (C) coordenou o debate com representantes da indústria de tecnologia da informação

Software nacional pede alívio tributário

Os caminhos para fazer do Brasil um importante ator no mercado mundial de *software* foram discutidos em audiência pública ontem. Representantes do setor privado elogiaram iniciativas recentes do governo para estimular a inovação tecnológica, como o Plano Brasil Maior, mas apontaram obstáculos como alta carga tributária e rigidez da legislação trabalhista.

Na audiência — conjunta das comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Infraestrutura (CI) —, o presidente da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro, Rubén Delgado, lembrou que a Índia revolucionou sua economia com *software*, assim como Israel, que se especializou em soluções de segurança.

O vice-presidente de Articulação Política da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Jeovani Salomão, defendeu redução da carga tributária e possibilidade de terceirização.

Para o presidente da Federação Nacional da Informática, Márcio Barroso, a política de compras governamentais deve estar ligada a compromissos de investimentos.

Já o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software, Gerson Schmitt, propôs que se reconheça o *software*, em operações de fomento, como ativo e garantia.

O Brasil “não é gente miúda nessa história”, observou o diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação

e Comunicação, Edmundo Oliveira. Ele alertou que a indústria de TI mudará devido à hiperglobalização e à computação em nuvem.

Irineu Govêa, vice-diretor de Informática da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, lamentou a ausência no Brasil de uma forte indústria de componentes.

Representando o setor público, participaram o chefe do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do BNDES, Alan Fischler; o coordenador-geral de Serviços e Programas de Computador do Ministério da Ciência e Tecnologia, Rafael Henrique Moreira; e o diretor do Departamento de Integração de Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento, Corinto Meffe.

Mozarildo protesta contra atuação da Anatel e da Anvisa

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) protestou ontem contra a inoperância da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ele considerou inaceitável tomar conhecimento, pela imprensa, da repetição de falhas na prestação dos serviços de telecomunicações e de saúde sem que as agências tomem as medidas cabíveis.

— Não é possível que elas sejam chamadas de agências reguladoras ou de vigilância, quando não regulam nem vigiam nada — protestou.

O senador disse que o sinal de internet e de telefonia fixa e móvel em Roraima é de má qualidade e que já pediu providências à Anatel, sem resposta. Sobre a Anvisa, ele reclamou da falta de fiscalização em hospitais, postos de saúde e ambulatórios.

Votação de projeto que pode baratear CDs e DVDs é adiada

Pedido de vista coletiva transferiu para semana que vem a votação do projeto que isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros. O texto está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Eduardo Braga (PMDB-AM) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) consideram que a proposta (PEC 123/11) causará prejuízos a empresas na Zona Franca de Manaus, resultando em demissões. Já os senadores favoráveis à chamada PEC da Música argumentam que a isenção prevista reduzirá o preço dos produtos ao consumidor, desestimulando a venda de reproduções piratas.

Em seu voto favorável, o relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), lembra que a isenção vai assegurar ao setor fonográfico benefícios fiscais já concedidos a livros, revistas e jornais. Ele sugeriu mudança na ementa da PEC para não envolver contribuições sociais, como PIS-Pasep e Cofins.

Suplicy: mudança no comércio na web é ruim para SP

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que o estado de São Paulo pode perder milhões de reais anuais em arrecadação se as regras de divisão do ICMS do comércio eletrônico forem alteradas.

O senador informou que a CCJ adiou para a próxima semana a votação da PEC 103/11, do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), alterada pelo relator, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Pelo texto de Renan, quando ocorrer uma venda no comércio eletrônico para pessoa física, a alíquota média de 17% seria partilhada da seguinte maneira: 7% para o estado de origem e 10% para o estado do comprador.

Pela norma em vigor, quando uma empresa compra para revender produtos fabricados em outro estado, há a divisão

entre o estado de origem e o de destino da mercadoria. Mas quando o comprador, mesmo situado em outro estado, é o consumidor final, o ICMS fica integralmente com o estado onde está sediado o vendedor. É isso o que acontece nas compras pela internet.

Segundo Suplicy, São Paulo responde por mais de 60% das transações pela *web*.

Comissão aprova projeto sobre ICMS único para importados

Decisão da Comissão de Constituição e Justiça é primeiro passo contra a guerra fiscal entre estados na importação de bens e mercadorias. Proposta ainda será avaliada pela Comissão de Assuntos Econômicos

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem voto em separado de Armando Monteiro (PTB-PE) pela constitucionalidade de projeto de resolução do Senado que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados.

A reunião foi acompanhada pelos governadores de Santa Catarina, Raimundo Colombo, e do Espírito Santo, Renato Casagrande. Ao lado de Marconi Perillo, governador de Goiás, eles também foram à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que adiou para a semana que vem decisão sobre o mérito da proposta (*leia matérias abaixo*). Os três



Braga (E), em conversa com Pedro Taques (C) e Francisco Dornelles (D), apresentou substitutivo para tentar acordo com estados importadores

estados são os maiores opositores do projeto.

O objetivo da matéria (PRS 72/10), que teve voto contrário do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), é acabar com a chamada guerra dos portos. Alguns estados vêm definindo alíquotas diferenciadas

de ICMS para atrair investimentos em logística de importação, garantindo novos negócios a partir dos portos.

Armando Monteiro assegurou que a resolução do Senado “é o instrumento por excelência para a fixação de alíquotas aplicáveis às operações

e prestações interestaduais.”

O senador por Pernambuco citou duas resoluções do Senado (22/89 e 95/96) que fixaram alíquotas diferenciadas de ICMS, estão em vigor e não foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Proposta visa acabar com a guerra dos portos entre estados nas importações

O PRS 72/10 busca combater a guerra dos portos, disputa entre estados para reduzir unilateralmente as alíquotas de ICMS e, assim, atrair a entrada de importados em seu território.

Os defensores da proposta alegam que os incentivos à importação e criação de empregos no país. Ontem, a decisão da CCJ foi comemorada por integrantes da Força Sindical que acompanhavam os trabalhos.

O texto original, de Romero Jucá (PMDB-RR), zerava o tributo nas operações interestaduais com os importados. No entanto, substitutivo de Eduardo Braga (PMDB-AM), apresentado na CAE, prevê alíquotas unificadas de 4%.

De qualquer modo, o projeto restringe a aplicação da medida aos artigos estrangeiros que não sofreram processo de industrialização ou trocaram apenas a embalagem ao chegar ao Brasil.

Senadores dos estados importadores pedem alternativa à perda de receita

Muita polêmica precedeu a aprovação do PRS 72/10 pela CCJ. Senadores dos estados que se sentem mais prejudicados pela medida (Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás) voltaram a protestar contra a proposta.

Luiz Henrique (PMDB-SC) disse que a falta de entendimento pode rachar a base do governo de modo irreversível. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que os estados estão sendo submetidos a uma “situação

de humilhação”. Segundo ele, o governo desconhece os problemas que vão ser gerados pelo projeto.

Ana Rita (PT-ES) disse que o problema central é a falta de compensações. Magno Malta (PR-ES), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também defenderam a convergência entre os interesses da indústria nacional e os estados importadores.

Eduardo Braga propõe alíquota de 4% para tentar acordo

O texto substitutivo ao PRS 72/10, apresentado ontem na CAE pelo líder do governo no Senado, Eduardo Braga, é uma tentativa de chegar a acordo com os estados que terão maiores perdas de receita com a unificação do ICMS em operações interestaduais com mercadorias estrangeiras.

A proposta, que unifica as alíquotas em 4%, será avaliada em reunião da CAE marcada para terça-feira, a partir das 10h. De acordo com Braga, a modificação foi feita para evitar a redução abrupta da alíquota para zero — como estava previsto no texto original.

O objetivo, segundo ele, é alcançar “um meio termo entre a necessidade do país de controlar a entrada indiscriminada de produtos estrangeiros e a possibilidade de permanência, ainda que residual, dos incentivos concedidos pelos estados à atividade de importação”.

Respondendo a um questionamento de Blairo Maggi (PR-MT), Braga

assegurou que a nova alíquota interestadual de 4% não vai implicar alteração nas alíquotas que são aplicadas atualmente pelos estados na importação de produtos estrangeiros a serem comercializados no próprio estado.

— Os estados têm competência exclusiva na Constituição para legislar no âmbito do próprio estado sobre alíquotas internas. Portanto, se a importação for para o consumo interno do estado, a alíquota pode

ser zero, 5, 30 ou qualquer outra — explicou.

No entanto, Ricardo Ferraço criticou a proposta de uniformização das alíquotas interestaduais do ICMS para importados, defendendo a desoneração do tributo também para produtos nacionais. Segundo ele, a elevada carga tributária na indústria — e não apenas os incentivos concedidos a produtos importados — é uma das principais causas de perda de competitividade.

— Fim da guerra? —

Projeto aprovado ontem na CCJ ainda será votado na terça-feira pela CAE

- ▶ Proposta unifica alíquotas de ICMS em operações interestaduais com mercadorias importadas do exterior.
- ▶ A CCJ aprovou projeto de Romero Jucá, que zerava essas alíquotas. A CAE vai analisar substitutivo de Eduardo Braga, unificando as alíquotas em 4%.
- ▶ Estados que concedem benefícios fiscais para atrair importações (especialmente Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina) dizem que terão prejuízo com a unificação.
- ▶ Defensores da proposta alegam, no entanto, que incentivos fiscais à importação prejudicam a indústria nacional e a criação de empregos.
- ▶ Texto ainda não prevê compensações financeiras aos estados que se sentem prejudicados.
- ▶ Também não há período de transição sugerido para a nova regra.



Governadores Colombo (E), Perillo (2º à esq.) e Casagrande (2º à dir.) em reunião na CAE

Sarney: Senado instala comissão de notáveis sobre pacto federativo

As relações entre municípios, estados e União estão “esgarçadas”, o que tem comprometido a federação como um todo, afirmou o presidente do Senado, José Sarney. O senador lembrou que a Casa instala hoje uma comissão de especialistas para rever o pacto federativo.

— Essa comissão tem o objetivo de examinar, sob o ponto de vista jurídico, constitucional e acadêmico, o que se pode fazer — disse.

Sarney também citou o PRS 72/10, que unifica as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com mercadorias importadas, e a análise pelos senadores de propostas que mudam a tributação sobre o comércio eletrônico, como a PEC 103/11.

Santa Catarina pode perder R\$ 1 bilhão por ano, afirma Casildo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou ontem preocupação com o PRS 72/10. Para ele, da forma como está proposto, o projeto pode aprofundar um processo de concentração de riquezas e gerar desequilíbrio entre os estados.

Segundo o senador, não é possível separar o processo de unificação de alíquotas de ICMS de outros temas importantes como as dívidas dos estados.

Casildo disse que Santa Catarina pode perder R\$ 1 bilhão anuais, além de ver a diminuição na oferta de empregos e o esvaziamento dos portos do estado.

Aécio Neves sugere novos critérios para dívidas dos estados

Novos critérios para o pagamento da dívida dos estados com a União foram defendidos por Aécio Neves (PSDB-MG). Para o senador, o ideal é adotar como atualização monetária índices de preços como o IPCA ou o IGP-DI acrescidos de taxa real de juros de 2% ao ano. Atualmente, o índice adotado é o IGP-DI somado a taxas que vão de 6% a 9% ao ano.

— Também é preciso limitar o comprometimento da receita líquida real dos estados ao máximo de 9%, em vez dos 11,5% a 15% comprometidos atualmente — afirmou.

Sérgio Souza elogia redução de juros anunciada por bancos

A decisão do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal de reduzir taxas de juros das linhas de crédito para pessoas físicas e micro e pequenas empresas foi elogiada por Sérgio Souza (PMDB-PR).

O financiamento de computadores, materiais de construção e viagens no BB está com redução de 45% nos juros, e o de carros terá taxas menores de 0,99% ao mês. A Caixa, segundo o senador, teve corte de 67% nos juros do cheque especial. Para Souza, com as medidas, “o Brasil poderá experimentar efetiva concorrência no sistema bancário”.

Wellington Dias comenta os 77% de popularidade de Dilma

O índice de aprovação da presidente Dilma Rousseff chegou recentemente a 77%, comentou Wellington Dias (PT-PI). Para o senador, trata-se de um reflexo do bom desempenho das ações do governo federal para impulsionar o crescimento econômico e social do país.

Entre as ações positivas do governo, Wellington citou medidas para desoneração da folha de pagamentos de indústrias e empresas e a decisão de manter até julho alíquotas menores de IPI para a linha branca (fogões, geladeiras e máquinas de lavar).

Flexa Ribeiro apresenta emendas para aperfeiçoar MP da desoneração da folha

O aperfeiçoamento da legislação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no tocante a negócios transacionais foi um dos pontos da Medida Provisória 563/12 elogiados por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O senador pediu apoio

dos colegas a emendas que apresentou para aperfeiçoar a MP, como a que visa incluir, no cálculo da parcela do IPI destinada aos Estados de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), o valor equivalente à perda de arrecadação desse imposto determinada pela MP para favorecer as exportações.

“VALE DEVE DAR CONTRAPARTIDA AOS LUCROS OBTIDOS NO PARÁ”

Apesar de ter lucrado US\$ 20,2 bilhões em 2011, tornando-se a quinta empresa mais lucrativa das Américas e a mais lucrativa da América Latina, a mineradora Vale não tem proporcionado, em contrapartida, benefícios sociais à população do Pará e aos municípios afetados pelas atividades de produção do minério de ferro, criticou Flexa Ribeiro. O senador elogiou as mudanças no cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) implementadas pela MP 563/12 e que “impedirão manobras para reduzir o valor a ser pago”, mas cobrou do governo providências adicionais, como a revisão do Código de Mineração.

Bauer cobra reforma tributária e critica proposta de Jucá

Paulo Bauer (PSDB-SC) cobrou do governo uma proposta de reforma que modifique a situação tributária no Brasil, incentive o desenvolvimento econômico e a independência dos estados em relação ao governo federal.

O senador considerou preocupante o PRS 72/10, projeto de Romero Jucá que pode estabelecer a alíquota de 4% de ICMS sobre produtos importados, seja qual for o estado pelo qual eles ingressem no país. Bauer disse que, por conta do projeto, os governadores estão “negociando compensações”.

Inácio defende Banco do Nordeste como operador de fundo

A medida provisória que retira do Banco do Nordeste a exclusividade como agente operador do Fundo do Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) foi criticada por Inácio Arruda (PCdoB-CE).

— O argumento da MP 564/12 é de que o banco não tem capital social suficiente para atender o Acordo de Basileia e, por isso, não pode operar sozinho. O que temos que fazer é ampliar o capital social do Banco do Nordeste — afirmou o senador, em referência ao acordo de supervisão bancária que exige capital mínimo das instituições.

Projeto de lei prevê que caso envolvendo organização criminosa será julgado em 1ª instância por um colegiado, e não por um só juiz, e que guarda municipal também poderá proteger magistrado ameaçado

Comissão aprova mais segurança para juízes sob ameaça

ALÉM DAS POLÍCIAS civil e militar, também a polícia judiciária, as guardas municipais e a Força Nacional poderão oferecer proteção a juízes que estiverem sofrendo ameaças por sua atuação na apuração de crimes praticados por organizações criminosas.

Uma emenda com esse teor, apresentada ao projeto (PLC 3/10) que institui o julgamento colegiado (por mais de um juiz) desses crimes já em primeira instância, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A CCJ aprovou o relatório de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), acatando quatro emendas e rejeitando as demais. O projeto agora depende do Plenário.

A emenda que trata da proteção policial estende essa medida aos membros do Ministério Público e aos familiares deles e dos juízes.

Outra autoriza o porte de arma de fogo aos oficiais de Justiça que atuam na apuração de crimes praticados por organizações criminosas.

Denúncia de agressão contra mulher pode ser feita por site

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a violência contra a mulher lançou página na internet que permite aos cidadãos fazerem denúncias e acompanhar os trabalhos do colegiado.

Na página (www.senado.gov.br/noticias/especiais/violenciacontramulher/), o internauta tem acesso aos

Também foram aprovadas duas emendas prevendo que a decisão de instaurar o colegiado de juízes para tratar do processo deve ser encaminhada ao órgão corregedor e que as decisões do colegiado sejam publicadas em atas assinadas por todos os membros, para impedir a individualização.

Exatamente para impedir o foco sobre um único juiz, como ocorre hoje, o PLC 3/10 estabelece que crimes praticados por organizações criminosas poderão ser julgados, em primeira instância, por um colegiado.

O objetivo é reduzir a personalização dos processos e os riscos de pressões ou retaliações contra o juiz. A sugestão partiu da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

De acordo com o texto, a criação do colegiado é uma prerrogativa do magistrado e será exercida quando houver risco para sua integridade física. O colegiado será formado pelo juiz do processo e por dois outros juízes, escolhidos por sorteio eletrônico.

relatórios da comissão e às notícias publicadas pela Agência Senado sobre o assunto.

A CPI da Violência contra a Mulher é presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e tem como relatora a senadora Ana Rita (PT-ES). A previsão é de que o relatório final seja votado em agosto.

Vanessa cita falta de médicos no interior

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) assinalou a dificuldade de contratar médicos em municípios do interior e na periferia das grandes cidades. Ela citou manchete do jornal *O Globo* no domingo, dia 8, segundo o qual apenas 20% de 7.193 vagas oferecidas para médicos foram preenchidas. De acordo com a senadora, 1.460 médicos demonstraram interesse, mas só 460 começaram a trabalhar. Outros jornais e a TV também trataram do tema.

A parlamentar disse que a média de médicos no Brasil é de 1,95 para mil habitantes,



Senadora diz que os profissionais se concentram nas grandes cidades

quase o dobro da recomendada pela Organização Mundial da Saúde, de um médico para cada mil habitantes, mas esses profissionais se concentram nas grandes cidades e muitas

regiões têm 0,5 médico para cada mil pessoas. Isso faz com que cerca de 2,1 mil municípios enfrentem dificuldades para manter equipes médicas.

— No Amazonas, alguns municípios têm apenas um médico, mesmo assim a cada 15 dias — disse Vanessa.

A senadora pediu a aprovação de seu projeto que reconhece diplomas estrangeiros de medicina, desde que o profissional atue em regiões predefinidas.

Vanessa foi apoiada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Jayme Campos (DEM-MT).

Marta Suplicy faz relato da visita da presidente Dilma aos Estados Unidos

Marta Suplicy (PT-SP) fez ontem relato da viagem da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos. Dilma se encontrou com o presidente norte-americano, Barack Obama, e visitou instituições de ensino. Para Marta, que integrou a comitiva, a presidente demonstrou competência.

— Foi possível acompanhar de perto a atuação da nossa presidenta, sua capacidade de se colocar, de responder a questões difíceis, sua firmeza

e principalmente seu conhecimento sobre questões tão variadas — elogiou.

No primeiro dia, a presidente se encontrou com empresários e Obama. Dilma, disse a senadora, falou sobre a relação comercial e sobre a necessidade de ampliar e diversificar o comércio com os Estados Unidos, segundo maior parceiro comercial brasileiro, atrás apenas da China.

Marta afirmou também que a viagem foi uma oportunidade



Para senadora, viagem marcou mudança de patamar do Brasil

de estreitamento de laços pessoais entre os presidentes.

— O grande êxito foi a mudança de patamar da relação Brasil-Estados Unidos e da relação pessoal entre Dilma e o presidente americano.

Cristovam diz que Brasília está abandonada

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou a situação de Brasília, afirmando que, “além de abandonada, está à venda”. Ele disse que essa também é a opinião de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que o apoiou em aparte.

— Quando a gente olha a publicidade que o governo [de Agnelo Queiroz, do PT] está fazendo na televisão, percebemos que a cidade está sendo enganada — disse Cristovam.

Segundo o senador, a cidade está abandonada nas áreas de saúde, segurança e educação. — Há uma sensação de paralisia no governo. Isso nos causa tristeza e indignação — afirmou.

Eduardo Amorim elogia formação do Bloco União e Força

Eduardo Amorim (PSC-SE) destacou a criação do Bloco União e Força, formado por PTB, PR e PSC, e ressaltou os valores democráticos, humanistas e desenvolvimentistas desses partidos.

Amorim pediu um esforço de união e coordenação para que as decisões do bloco tenham efeito no Senado.

— A união muito me agradeu, sobretudo porque, em Sergipe, já é assim — afirmou, salientando o trabalho pelo bem do povo do estado.

Amorim reassumiu o mandato na semana passada, após licença por motivo de saúde.

Gurgacz celebra crédito para agricultor familiar

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou a criação de linha de crédito com juro zero para agricultores familiares de Rondônia, por meio do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia e da Caixa Econômica Federal.

Segundo ele, os governos federal e estadual dividem o pagamento de juros para que o pequeno produtor rural tenha acesso ao crédito de forma fácil e barata para investir na produção agrícola.

Os recursos serão destinados à recuperação de pastagens, à construção de tanques de piscicultura e à compra de matrizes leiteiras.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Moneira Mariz/Agência Senado



Moneira Mariz/Agência Senado

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Demóstenes é notificado a apresentar defesa

Demóstenes Torres foi notificado pessoalmente ontem a apresentar em 10 dias úteis sua defesa no processo que lhe move o PSOL sob a acusação de quebra de decoro parlamentar.

A representação se ampara nas suspeitas de que o senador tenha ligações criminosas com o empresário Carlos Cachoeira, preso sob a acusação de exploração de jogos ilegais.

A secretária-geral do Senado, Claudia Lyra, levou a notificação ao gabinete de Demóstenes. A partir desse momento, começa a contagem do prazo para que o parlamentar possa se defender.

O documento foi assinado por Antonio Carlos Valadares, presidente do Conselho de Ética.

Hoje, o Conselho de Ética volta a reunir-se a fim de escolher um senador para relatar o processo movido contra Demóstenes.

Depois de votado no conselho, o processo seguirá para deliberação em Plenário.

Parlamentares não vão desistir de CPI, diz Simon



Pedro Simon (PMDB-RS) acredita que os defensores de uma comissão parlamentar de inquérito mista para apurar as denúncias contra Demóstenes Torres não vão retirar suas assinaturas do requerimento de criação da CPI, uma vez que o país vive uma "situação especial".

— Disse e repito: não me lembro de uma ocasião em que o Senado Federal esteve tão desgastado, tão no chão, tão humilhado, tão espeznhado pela opinião pública como agora — assinalou o parlamentar.

Segundo o senador, a imprensa estranha o que está acontecendo: — Ontem, ela dizia que o Senado estava tão comprometido que não ia acontecer nada. Aconteceu.

— Ontem, ela dizia que o Senado estava tão comprometido que não ia acontecer nada. Aconteceu.

— Ontem, ela dizia que o Senado estava tão comprometido que não ia acontecer nada. Aconteceu.

Senadores e deputados discutem o fato determinado que será alvo da comissão. Oposição quer que trabalho se estenda ao Executivo

CPI do Cachoeira ainda depende da abrangência da investigação

AO FIM DE uma longa reunião na Câmara dos Deputados, parlamentares não conseguiram fechar ontem o texto do requerimento para a criação da comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar os negócios de Carlinhos Cachoeira, preso por exploração de jogos ilegais.

A definição do texto deve ocorrer hoje. Se os partidos conseguirem coletar as assinaturas necessárias, a comissão deverá ser instalada na próxima semana. Para criação de uma CPI são necessárias assinaturas de pelo menos 27 senadores e 171 deputados.

O principal ponto de divergência é a abrangência dos trabalhos da comissão. PSDB e DEM querem que a CPI investigue não só as relações entre Cachoeira e parlamentares, mas também a atuação de outros agentes públicos e privados, inclusive no Executivo. Já o PT defende um "equilíbrio" na definição dos fatos a serem examinados pela comissão.

O líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), disse ontem que o PT quer que a comissão seja "seletiva", ou seja, direcionada a determinados "alvos". Já o líder do PT, Walter Pinheiro (BA), ressaltou que senadores e deputados buscariam um entendimento conjunto em relação ao assunto.

O presidente da Câmara, Marco Maia, que até o início da noite ainda acreditava em

um acordo, comentou que o requerimento devia ser redigido com cuidado para não limitar o trabalho da comissão ou até abrir brechas para questionamentos judiciais das investigações conduzidas pelos parlamentares.

O documento que vinha sendo avaliado pelos líderes do PT, PMDB, PSDB e DEM na Câmara até pouco depois das 21h estabelecia que a CPI investigaria "as práticas criminosas desvendadas pela Operação Monte Carlo da Polícia Federal". A comissão seria formada por 15 deputados e 15 senadores e teria 180 dias para realizar seus trabalhos.

Mais integrantes

A ampliação do número de parlamentares na comissão é outra reivindicação dos partidos de oposição. O líder do PSDB na Câmara, deputado Bruno Araújo (PE), argumentou que, se mantido o número regimental (11 senadores e 11 deputados), seu partido só teria um integrante na CPI.

Marco Maia disse que não haveria obstáculo à ampliação, desde que haja partidos chegassem a um acordo.

Alvaro afirma que a adesão do PT à CPI mista está mais lenta desde que a oposição insistiu na elaboração de um pedido mais abrangente.

O líder do PSOL, Randolfe Rodrigues (AP), considera que a CPI mista já é uma realidade e que a coleta de assinaturas



Pinheiro explica que o fato a ser investigado ainda é discutido por parlamentares



Alvaro acusa PT de lentidão para aderir à CPI após o pedido de maior abrangência

agora é apenas um procedimento formal. Ele já havia iniciado a coleta de assinaturas e disse contar com o apoio dos 13 senadores do PT e dos 13 senadores do bloco formado por PTB, PR e PSC.

Com a criação da CPI mista, a Justiça poderá encaminhar ao Legislativo os dados relacionados à investigação feita pela Polícia Federal, o que contribuirá para evitar especulações e favorecer o trabalho

isento da comissão.

Além de ser investigado pela CPI mista, o senador Demóstenes Torres (sem partido/GO) enfrentará processo de cassação no Conselho de Ética, que acatou representação do PSOL, por quebra de decoro.

O Conselho de Ética se reúne hoje para definir o relator do caso, por sorteio. Demóstenes foi notificado ontem e tem 10 dias úteis para apresentar defesa prévia.

Para Mário Couto, governistas vão voltar atrás em CPI

Mário Couto (PSDB-PA) disse que a presidente Dilma Rousseff não vai permitir a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista para investigar a ligação de parlamentares e outras autoridades com o empresário de jogos ilegais Carlinhos Cachoeira.

O senador afirmou que muitos integrantes da base

do governo que estão assinando o pedido vão retirar seu apoio.

— Minhas previsões desta tribuna não têm falhado — afirmou o senador, que chamou atenção para a "grande euforia", entre senadores governistas, para a instalação da CPI mista.

Couto leu uma manchete de jornal segundo a qual o

ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva incentivou a criação da comissão.

— Lula se esqueceu de que não há um escândalo no país em que PT não esteja envolvido. Queimo a minha mão se o PT não estiver dentro dessa corrupção. O PT não pode estar fora. O PT está dentro de toda a corrupção neste país — disse o senador.



Mário Couto diz que Dilma não permitirá instalação de CPI mista

Nascimento quer inquérito sobre obra em rodovia

Auditoria em andamento do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou irregularidades no projeto de pavimentação de trecho de 100 quilômetros na BR-317, do Amazonas ao Acre, segundo Alfredo Nascimento (PR-AM).

O senador afirmou que convênio entre o Dnit e a Secretaria de Infraestrutura do Amazonas já causou prejuízos de cerca de R\$ 25 milhões aos cofres públicos.



Ele ressaltou que pedirá ao Ministério Público a abertura de inquérito contra os gestores da obra e a Construtora Colorado. O convênio envolve investimentos de R\$ 76 milhões.

— Já foram liberados R\$ 10 milhões para gestão ambiental, mais R\$ 52 milhões para construção da BR. Mesmo assim, as obras não foram concluídas ainda e têm sido executadas sem licenciamento ambiental — disse.

Falta gestão em Rondônia, afirma Ivo Cassol

Ivo Cassol (PP-RO) disse que "falta gestão em Rondônia". O senador criticou o governo estadual, que, segundo ele, não está correspondendo às expectativas da população.

O parlamentar afirmou que a população do estado vem sofrendo com a precariedade dos serviços, sobretudo na saúde, conforme apontou reportagem do *Jornal Nacional*, da TV Globo.



— É vergonhoso a capital não ter um hospital público. Porto Velho não tem. Nada que funcione, nada que atenda à população, que está morrendo à míngua — afirmou.

Cassol criticou a promessa de que "em 90 dias todas as demandas da população estariam resolvidas". — Prometeram união e integração entre o Executivo municipal e o estadual. E isso não está acontecendo.

José Cruz/Agência Senado



Eduardo Suplicy, relator, Humberto Costa e Vicentinho Alves, autor do projeto, durante reunião da Comissão de Assuntos Sociais

Aposentadoria especial para gari avança no Senado

Comissão aprovou projeto que permite a trabalhadores que manuseiam lixo parar de trabalhar após 25 anos de serviço; atualmente, aposentadoria é dada depois de 35 anos de trabalho com carteira assinada

OS GARIS, OS separadores de material reciclado e os varredores de rua poderão ter direito a aposentadoria especial depois de 25 anos de trabalho.

A concessão está prevista em projeto (PLS 577/11) de Vicentinho Alves (PR-TO) que foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais e vai agora para o Plenário.

Vicentinho Alves argumenta que o objetivo da limpeza urbana não é apenas embelezar as cidades, mas sobretudo evitar a proliferação de doenças e preservar o ambiente. Assim, afirma o parlamentar, a atividade expõe o trabalhador a “condições extremas de insalubridade”.

— Os garis mexem com materiais que podem causar problemas de saúde. A aprovação da proposta é uma forma de tratá-los com a dignidade que merecem — disse.

Atualmente, esses trabalha-



Gari em rua de Brasília: projeto permite aposentadoria após 25 anos de trabalho

dores se aposentam de acordo com as regras gerais do INSS — 35 anos de serviço com carteira assinada para os homens e 30 anos para as mulheres.

— É lamentável que a maioria desses trabalhadores tenha que recorrer ao Poder Judiciário para fazer valer direitos que são assegurados em norma de índole constitucional, mas que ainda carece de regulamentação — disse o relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Eduardo Suplicy (PT-SP).

Paulo Davim (PV-RN) alertou para a situação enfrentada pelos garis no manuseio de lixo domiciliar gerado por pessoas com doenças graves, como hepatite e Aids.

Paulo Paim (PT-RS) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) também são autores de projetos que dão aposentaria especial aos garis. Para que a medida seja aprovada com rapidez, os dois desistiram de usar recurso regimental para tramitação conjunta com o projeto de Vicentinho.

É um reconhecimento justo, afirma Jayme

José Cruz/Agência Senado



Jayme Campos

Jayme Campos (DEM-MT) elogiou a aprovação do projeto que concede aposentadoria integral aos trabalhadores de coleta de lixo.

— É um reconhecimento justo e merecido daqueles trabalhadores que, muitas vezes em condições desumanas, cuidam de nossa

qualidade de vida, ajudando a limpar nossas cidades — afirmou o senador, que é presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O projeto foi aprovado ontem pela comissão e agora vai para o Plenário do Senado. Se for aprovado, irá para a Câmara dos Deputados.

Comissão debate conflito entre convênios e dentistas

A Comissão de Assuntos Sociais realizará audiência pública sobre os problemas entre os planos de saúde e os prestadores de serviço de odontologia. O debate foi pedido por Paulo Davim (PV-RN).

A comissão também promoverá audiência para discutir projeto que altera a qualificação exigida dos instrutores de trânsito. A reunião foi solicitada por Vicentinho Alves (PR-TO).

E, a pedido de Paulo Paim (PT-RS), discutirá a reivindicação de reintegração feita por ex-bancários do Banco do Brasil (que saíram em programas de demissão voluntária) e ex-soldados especializados da FAB.

Valadares quer aprovação de projeto que trata de próteses

Waldemir Barreto/Agência Senado



Valadares

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) explicou a importância do PLS 14/12, que estabelece direitos e garantias aos portadores de próteses, órteses e materiais implantáveis de uso médico ou odontológico.

Autor da proposta, Valadares disse que não é raro a Anvisa identificar produtos com problemas técnicos que podem provocar prejuízo à saúde.

— Há pouco vimos um sem-número de mulheres que recorreram à aplicação de silicone, vitimadas pelo uso de material inadequado.

Senado aprova embaixadores para Polônia e Filipinas

O Plenário aprovou os nomes indicados por Dilma Rousseff para assumir cinco embaixadas do Brasil.

Jorge Geraldo Kadri, ministro de primeira classe, foi aprovado para ser o embaixador brasileiro na Polônia.

Marcelo Leonardo da Silva Vasconcellos, ministro de primeira classe, será embaixador em Sri Lanka e Maldivas. Ele já foi cônsul-geral em Roterdã (Holanda) e Munique (Alemanha) e embaixador em Luanda (Angola).

Michael Gepp, ministro de segunda classe, ocupará o cargo de embaixador em São Vicente e Granadinas. Ele já integrou quadros nas cidades americanas de Nova York, Washington e Los Angeles, Caiena (Guiana Francesa), São Domingo (Rep. Dominicana), Beirute (Líbano), Istambul

(Turquia) e Luanda.

José Marcus Vinicius de Sousa, ministro de primeira classe, será o embaixador do Brasil na República Dominicana. Ele chefiou delegações em foros internacionais e participou da banca examinadora do concurso de admissão à carreira de diplomata, do Itamaraty, em 2007 e 2008.

George Ney de Souza Fernandes, que é ministro de segunda classe, foi o indicado para ser embaixador nas Filipinas, Palau, Ilhas Marshall e Micronésia.

Fernandes informou que as Filipinas poderão ser uma ponte entre o Brasil e a Associação das Nações do Sudeste Asiático. A agenda bilateral mostra oportunidades para cooperação em agricultura, energias renováveis, programas sociais, mineração e aeronáutica.

Novas varas do Trabalho em Minas Gerais e no Paraná

O Plenário aprovou ontem dois projetos de lei que criam cargos e varas da Justiça do Trabalho em Minas Gerais e no Paraná. Os projetos, que tramitavam em regime de urgência, irão para a sanção presidencial.

O PLC 4/12 aumenta de 36 para 49 o número de juizes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região, com jurisdição em Minas Gerais, e institui 21 varas. Cria ainda 21 cargos de juiz do Trabalho, 329 de analista judiciário, 51 de analista para

execução de mandados, 164 de técnico judiciário e 59 cargos em comissão. O projeto teve como relator Clésio Andrade (PMDB-MG).

O PLC 6/12 prevê 11 novas varas para o TRT da 9ª Região (Paraná), com criação de 11 cargos de juiz, 88 de analista judiciário, 44 de técnico judiciário, 11 cargos em comissão e 99 funções comissionadas.

Com 399 municípios, o Paraná abriga a sétima maior população jurisdicionada do país, segundo o relator do projeto, Alvaro Dias (PSDB-PR).

Teles pedem ao Senado leis que incentivem desenvolvimento do setor

Representantes das empresas de telecomunicações encontraram-se ontem com o presidente do Senado, José Sarney, para tratar de projetos de lei sobre o setor que tramitam no Congresso.

— A redução de tributos e o uso dos fundos setoriais [Fust, Fistel e Funttel] como alavancas devem ser acom-

panhados de uma legislação federal para unificar a variedade de leis municipais e estaduais que dificultam a implantação e a expansão da infraestrutura do setor — disse o diretor executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e Serviço Móvel Celular e Pessoal, Eduardo Levy.



Eduardo Levy (D) é recebido pelo presidente do Senado, José Sarney

Jonas Pereira/Agência Senado